RUA DA MISERICÓRDIA, N.º 8.º — PROPRIEDADE DA EMPRESA DO JORNAL «A VOZ», Ltda — IMPRESSÃO: Rua do Século, 43

AS GRANDES REALIZAÇÕES SOCIAIS

FOI ONTEM INAUGURADO

O PRIMEIRO GRUPO DE 84 EDIFÍCIOS

DO BAIRRO DE ALVALADE

Assistiram o representante do Chefe do Estado e vários membros do Governo

O sr. Subsecretário de Estado das Corporações comemorou o 15.º aniversário do I. N. T. com uma notável e oportuna lição

Uma escola primária (Célula n.º 1) no Bairro de Alvalade

Não pode ser considerado acontecimento vulgar o acto a que ontem assistimos: a inauguração de um grupo de 84 edifícios de rendas económicas.

Em cerca de dois anos, aqueles terrenos e casebres á direita do Campo Grande tornaram-se uma cidade, onde dentro de pouco tempo, 45 mil pessoas se abrigarão em casas novas, lavadas de sol e bom ar, com arruamentos largos e magníficos jardins. Obra grandiosa se fica devendo á Camara, da presidência do sr. tenente-coronel Salvação Barreto e dos colaboradores, que soube chamar. A cidade tem dever de reconhecer e agradecer esta obra magnífica.

O acto inaugural

Em representação do Chefe do Estado, presidiu ao acto inaugural, o sr. major Carvalho Nunes, ladeado pelo srs. Ministros da Marinha e das Obras Públicas; pelos Subsecretários de Estado das Corporações, Assistência, Comércio e Indústria e Obras Públicas; governador civil, comandante da Polícia de Lisboa, mons. Filipe dos Reis, prior da freguesia do Campo Grande; presidente e presidente substituto e vereadores da Camara; comandante Henrique Tenreiro e comandante dos Bombeiros; engenheiro Higino de Queirós e Dr. Felner da Costa, da F. N. A. T.; o chefe de gabinete do Ministro do Interior, em representação daquele membro do Governo; eng. Calheiros de Meneses, presidente da Federação das Caixas de Previdência e outras entidades.

No alpendre da escola primária, houve uma sessão solene, durante a qual falou em primeiro lugar, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto presidente da Camara, que proferiu um oportuno e interessante discurso.

Depois de pedir ao sr. major Carvalho Nunes que apresentasse ao sr. Marechal Carmona, as saudações do Município, e do povo de Lisboa, como primeiro cidadão de Lisboa, dirigiu saudações aos membros do Governo presentes e a todos os que colaboraram naquela grandiosa obra.

Depois disse:

«*O muito que falta fazer — e os homens vivem na permanente inquietação de realizar — no prosseguimento das nossas aspirações primeiro balbuciadas em 1926, afirmadas depois que a administração do País o permitiu, e, desde há muito, em franco e progressivo desenvolvimento, não impede que, de vez em quando, nos encontremos como neste momento, a acrescentar, sorridentes, mais uma pedra ao nosso edifício de realizações e em ritmo tal que, só com esforço, ainda podem, os que não querem ver, buscar no que falta ou simplesmente se não fez, razão plausível da sua teimosia e voluntária cegueira.*

Ao Governo, que tornou possível a efectivação desta obra, é devido o agradecimento que formulo neste momento em nome da cidade de Lisboa cuja história não esquecerá esta nova ampliação da sua área urbanizada que é, afinal, importante enriquecimento nas condições de vida da sua população.

As razões que levaram a Câmara a construir casas em bloco

Foi em 1945 que as dificeis condições da circulação na zona central da cidade começaram a mostrar-se seriamente impeditivas do normal funcionamento da vida citadina. As dificuldades criadas pela carência de transportes, exiguos ou precários juntavam-se outras que compreendiam sérios problemas de urbanização cujas soluções tinham de ser procuradas com ampla visão das necessidades reais da população. O descongestionamento daquela zona mais populosa da capital impunha-se com a premência dos grandes problemas e exigia solução larga e arrojada. A Camara tomou, como lhe cumpria, a iniciativa de a mandar estudar e dar ao resultado desses estudos a aplicação prática necessária.

Apurada a solução urbanística para o descongestionamento da Baixa encontrou-se a Camara em face do problema suscitado pela necessidade da desocupação de milhares de famílias alojadas em casas de renda baixa, em más condições de salubridade e sem possibilidade de se realojarem pelos seus próprios meios.

E o dilema pôs-se: ou a Camara cuidava do realojamento das famílias para depois serem possíveis as obras de urbanização necessárias e neste caso estas teriam de aguardar a efectivação prática de um largo empreendimento de construção de habitações de renda barata, ou a Camara se orientaria pela realização imediata das obras de urbanização sem consideração pelas dificuldades que criaria aos lares desalojados. Considerando o aspecto humanitário do problema a Camara não hesitou e optou pela primeira solução.

Assim nasceu a solução da urbanização do Sitio de Alvalade, designação tão simpática ao coração dos lisboetas por recordar certa abnegada intervenção conciliatória.

Nós também viemos a Alvalade procurar a solução suasória para os nossos problemas, acomodando a nossa pressa ás realidades e impondo-nos o respeito pelos direitos dos lares afectados. Demais o Governo previra a hipótese e dera-nos já a lei 2.007 das casas de renda económica. Valia a pena tentar e a Camara lançou-se então corajosamente na empresa e em pouquissimo tempo os serviços municipais produziram um dos estudos que mais honram a técnica portuguesa: a urbanização de uma área salubérrima de 230 hectares limitados por três arruamentos de primeira categoria: — Avenida Alferes Malheiros hoje Avenida do Brasil, Campo Grande, Avenida do Aeroporto e pela linha férrea atravessada por outras três — Avenida de Roma, Avenida dos Estados-Unidos da América e Avenida da Igreja — numa zona circundada por extensões inteiramente livres de construção, que permitiu assim certas possibilidades no estudo da conveniente densidade da população a alojar. O plano comporta oito células para mais de 5.000 pessoas cada uma agrupadas em torno de um nucleo escolar do ensino primário, acesso cómodo e seguro. Centros cívicos, sociais, de abastecimento, de ensino secundário ou técnico, industriais, comerciais, de administração pública, etc., tudo servido por transportes convenientes, foram previstos nesse trabalho com que os serviços municipais dotaram a Cidade, não apenas os seus arquivos. Reitero-lhe neste momento os meus agradecimentos e cumprimentos pela competência, dedicação á Cidade, de amor no serviço público de que deram provas bastantes nesse trabalho e, mais ainda, na sua ulterior organização prática, modelo de técnica esclarecida e previdente a que, aliás, o Governo prestou justa homenagem pelo actual Ministro das Obras Públicas, animador das grandes iniciativas e profundo conhecedor do valor dos técnicos municipais, homenagem, portanto, que foi para os serviços prémio valioso; para a administração municipal e, pessoalmente, para mim, motivo de profunda satisfação tão certo é que, somente, vive no serviço público prestigio dos meus colaboradores e o bem da Cidade que tenho a honra de administrar. Seria longa a lista se me abalançasse á referência individual dos que puseram o seu entusiasmo e os seus recursos técnicos ao serviço desta obra. Mas eles aí estão todos ainda a servi-la para a continuarem até final. A obra diz do seu entusiasmo e da sua competência, as minhas palavras a seu respeito dirão sempre o meu reconhecimento.

Os melhores colaboradores do presidente do Município

Desejo, todavia, sem que isso represente qualquer menosprezo por todos os restantes e devotados colaboradores, citar os nomes dos principais técnicos responsáveis pela obra que temos o prazer e — porque não dizê-lo? — o orgulho dei naugurar: engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira, chefe dos serviços de Urbanização e Obras quando da aprovação e realização do projecto, técnico competentissimo e dedicação exemplar; magnifico arquitecto Faria da Costa, autor do plano de urbanização do Sítio de Alvalade; arquitecto Jacobetti Rosa, autor dos lindos projectos das casas que hoje vemos construidas já; eng. Alexandre de Vasconcelos e Sá, chefe de repartição responsável pela dellcada tarefa das expropriações e avaliações, elemento essencial da obra feita.

A outra alegria para o Município, meus senhores, é a que lhe dá esta cerimónia: a inauguração dos primeiros 302 prédios em curso de execução que vão realojar 2.066 famílias, parte já razoável das 45.000 pessoas que em prazo curto, no prosseguimento da execução do plano, terão alojamento no Sitio de Alvalade. Quer dizer, no curto prazo de pouco mais de três anos dá-se início sério e substancial a uma obra de vasto alcance que tanto entusiasmo e interesse despertou nos departamentos oficiais e na população de Lisboa e constitui êxito indiscutível dos esforços conjuntos do Governo e da Camara no campo da construção habitacional e da urbanização de Lisboa.

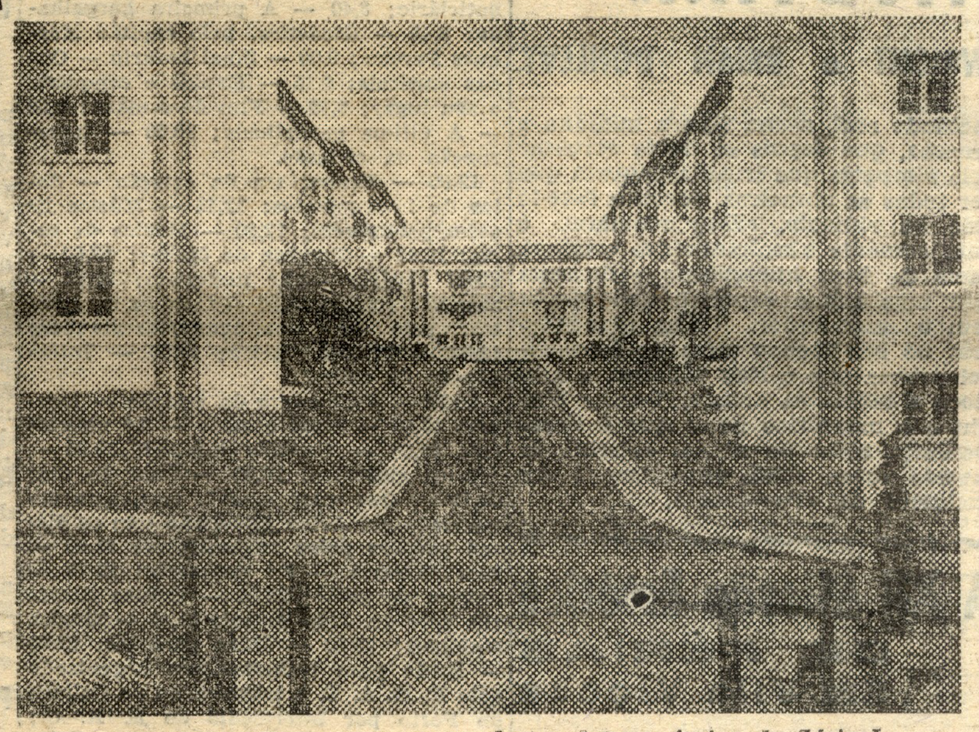
Por outro lado, a par do realojamento em curso, sempre foi possivel ir iniciando a aplicação das soluções de urbanização correctiva nos mais agudos pontos da cidade, isto mercê da construção de outros Bairros de casas desmontáveis e para famílias pobres cuja utilização simultanea com as casas de Alvalade constitui a actual actividade camarária neste capitulo de realojamento de compromisso municipal de que a Camara foi pioneira, não já em habitações provisórias ou de construção precária mas sim em casas sanitária e estéticamente perfeitas.

Na execução, todavia, do plano não foram só as dificuldades técnicas que assoberbaram a administração municipal. Estas, só por si, obrigaram ao estudo de novas soluções de construção, a utilização mais racional e económica de materiais á aquisição de maquinaria moderna para brita e blocos de betão, já hoje em aplicação útil, ao mais económico aproveitamento do espaço, mais racional utilização das divisões e maior conforto do alojamento. De tudo isso resultou a adopção de nove tipos de habitações em blocos de três e quatro pavimentos, agrupados em três séries, diferentes com o número e extensão de divisões e alguns tipos de moradias uni-familiares que se destina a uma das células do plano.

O apoio do Subsecretário das Corporações

Havia que resolver o problema dos meios financeiros indispensáveis já que não mostravam atracção manifesta para estas construções os capitais particulares, engodados de preferência na construção de prédios de renda livre capazes, portanto, de remunerações altas. Tornou-se pois, necessário, procurar o investimento na obra, de capitais de administração mais sensivel ao interesse geral da população para lhe dar um primeiro impulso que constituisse prova de possibilidade de construção económica e exemplo sugestivo oferecido aos capitais particulares. Ainda neste aspecto, são devidas honras ao Governo a cujo chefe prestigioso, portanto, eu não quero mais calar a minha alusão directa e pessoal para exprimir a muita gratidão pela prova de confiança que representou para a Camara de Lisboa o interesse que em todos os momentos manifestou por esta obra, e a cujo apoio, portanto, se liga desde a primeira hora o êxito alcançado. Apoio que se reafirmou a partir do momento em que Sua Excelência o Subsecretário de Estado das Corporações numa visão clara dos problemas citadinos, a que aludi com um elevado sentido da missão social dos organismos que superiormente orienta, com profunda e inteligente compreensão do interesse público tomou para si o estudo da possível intervenção das Caixas de Previdência na

(Segue na 4.ª página 2.ª coluna)



Um arruamento com casas de renda económica da Série I

Não há uvas no tempo das uvas

Não há um bago de uva á venda no mercado desde que o sr. Ministro da Economia determinou que ela teria de ser vendida ao público pelo mesmo preço do ano passado na época correspondente.

A propósito informou o nosso colega «Diário de Lisboa» não vir o saboroso fruto da vide para Lisboa porque o lavrador prefere reduzi-lo a vinho a ter de o vender a seis tostões o quilo. O intermediário vende-o por sua vez a 1$50 e o retalhista em Lisboa deveria vendê-lo a 2$00.

O «Diário da Manhã» perguntava, a propósito, também, como se compreende que o intermediário leve, só á sua parte, nove tostões em quilo.

Na verdade é bem singular que o lavrador, que tratou da vinha com enorme dispêndio de trabalho e dinheiro, correndo os riscos dos maus anos, venda o fruto a seis tostões e o consumidor em Lisboa não possa ter a uva mais barata que os dois escudos!

Eleições na Argentina

BUENOS AIRES, 23 — O Governo da Argentina fixou a data de 5 de Dezembro para eleições nacionais duma Convenção que discutirá a reforma da Constituição. Ao mesmo tempo serão preenchidas as vagas em ambas as Camaras do Congresso Nacional. A província de Córdova elegerá membros para a sua Camara Baixa e novos governadores. — (R.).

DR. PAULO SAMPAIO

Vindo de Paris, esteve ontem em Lisboa, de regresso ao Rio de Janeiro, o sr. Dr. Paulo de Sampaio, presidente do Conselho de Administração da Panair do Brasil e grande amigo de Portugal.

No Aeroporto foi cumprimentado pelos srs. Embaixador do Brasil, Dr. Leão Gracie; Marinho Alves, director da Panair em Portugal e Espanha; eng. Pedro Pinto Basto e Pedro Brito e Cunha, pela Pan American; eng. Vitor Veres, pela Direcção Geral da Aeronáutica Civil, etc.

Novos brigadeiros

Por proposta do Conselho Superior do Exército, devidamente sancionada pelo sr. Ministro da Guerra, o Conselho de Ministros mandou promover ao posto de brigadeiro os srs. coroneis Frederico da Costa Lopes da Silva, que há pouco deixou o cargo de Subsecretário de Estado da Guerra, Anibal Faro Viana, ambos do Corpo do Estado Maior, e Anselmo de Matos Vilardebó, da Aeronáutica.

Chegam esta tarde

os jornalistas portugueses que visitaram a França

Os jornalistas portugueses que, a convite do Turismo Francês, visitaram a França, segundo informação prestada por aquele organismo, chegam esta tarde, pelas 19.30, ao Aeroporto da Portela.

Entre aqueles jornalistas, conta-se o nosso querido chefe de redacção, Sebastião Cardoso.

Comentário

Formas de propaganda

Claro que há duas formas de fazer crónicas: a que se destina a um público inteligente, culto e imparcial; e a que não estuda coisa alguma, limitando-se a fazer considerações especulativas no plano da propaganda.

Isto dizem os que ocultam a verdade pela omissão dos casos mais graves, daqueles que marcam uma fase da vida internacional. Bem de ver está: o que se oculta é o que pode colocar em primeiro plano a agressão que vem da Rússia, o sequestro de metade da Europa, o rapto de politicos e o assassinio dos que poderiam suscitar o espirito de independência da Nação. Há periódicos onde estas coisas são totalmente omissas — para não espantar certa classe de leitores, que alimentam o periódico.

— Que eu não sou nada comunista — diz-se como orientação aos que colaboram ou lêem. Mas bem vê; é preciso respeitar o público...

Ás vezes lá aparece um artigo tem-te-não-caias, a simular de comentário ás protervias que vão pelo Mundo. Se o tal leitor, que é preciso não espantar, refila, há maneira de dizer que não está muito apaixonado...

COISAS DO MUNDO

A inauguração do Bairro de Alvalade

(Continuação da 1.ª página)

realização do impulso inicial indispensável. Esta valiosíssima colaboração sem a qual o propósito municipal não teria realização prática avalia-se notando que ela se traduziu no emprego de quase 200 mil contos postos á disposição da Camara para aquisição dos terrenos, á construção dos primeiros 302 prédios e ao pagamento das despesas de administração.

Neste momento já algumas casas estão ocupadas, outras o vão sendo com o entusiasmo legitimo de quem, enfim, vê realizadas esperanças tanto tempo acalentadas. A Camara auxilia as mudanças sempre que pode e julga justo esse auxilio. Assim, tudo se vai fazendo em largo espirito de solidariedade como se a obra do Municipio e da Federação das Caixas de Previdência fosse de todos e todos quisessem, de facto, dar da sua parte alguma coisa de esforço e de boa vontade.

Regozijemo-nos por isso.

Vai o Mundo tão pouco propicio a exemplos de solidariedade e colaboração que bem podemos alegrar-nos com mais esta prova de quanto em Portugal se está longe do Mundo.

E termino endereçando a Vossas Excelências os meus cumprimentos e agradecendo-lhes a parte de boa vontade com que também colaboraram connosco ouvindo-nos com paciência e dando-nos o grande prazer da vossa presença nesta cerimónia».

Fala o presidente da Federação das Caixas de Previdência

Seguidamente, o sr. eng. Calheiros de Meneses, presidente da Federação das Caixas de Previdência, proferiu algumas palavras alusivas ao acto e ao seu significado.

Depois de evocar a promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, disse:

«Sobre a comemoração outros podem melhor do que eu fazer oportunas e justas considerações; quis porém iniciar meia duzia de palavras recordando a data e os homens.

A inauguração de melhoramentos e obras nacionais constitui hoje em dia cerimonial quotidiano, tão volumosa é a realização do Regime e tão repartida ela tem sido.

Todavia, a conclusão destes primeiros prédios de renda económica reveste especial significado, dada a contribuição que a iniciativa represenia para a resolução do problema habitacional da Cidade e traduzir o investimento dos fundos da Previdência, garantes das pensões e reformas, em aplicação de utilidade social e especialmente relativa aos beneficiários das Caixas proprietárias. Outrossim merece relevo o espirito de colaboração verificado entre a Camara e a Federação, que permitiu trabalho de conjunto, sempre apreciável e aqui sobremodo de enaltecer, pois que só assim a presente obra seria possivel.

Ainda, conta também, ser esta a primeira obra realizada, das que a Federação tem distribuidas pelo Pais, para não falar das projectadas e brevemente postas a concurso, ao abrigo dos sábios preceitos da Lei n.º 2.007.

Finalmente, é de considerar o esforço da Federação em obediência aos seus fins estatutários que lhe cometem a orientação do «melhor aproveitamento do interior das habitações, atendendo á composição das familias e seus recursos económicos».

A decoração e recheio de alguns andares, que ides ver, destina-se efectivamente a facilitar o arranjo das casas áqueles que o possam e queiram fazer. Infelizmente os parcos recursos da maioria dos futuros inquilinos tornarão dificil as aquisições, nomeadamente as destinadas á 1.ª série. Talvez fosse possivel para esta ter-se optado por menor número de peças e inferior qualidade, mas o exemplo tinha de procurar a perfeição possivel e julga-se que ás economias modestas não é dado o luxo de comprar mau e com pouca duração.

A tarefa a que metemos ombros segundo a superior determinação do estadista insigne que é o senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, significa já importante contributo ao propósito governamental de facultar a todos os portugueses um lar higienico, confortável e ao seu alcance.

Como são obtidas as rendas baixas

Mas não bastará dispormos de capital e de técnica, quando se pretenda generalizar o beneficio a familias de mais modestos proventos, ao menos através das reservas da Previdência, que carecem na sua aplicação de determinada taxa de juro.

E aqui está a encruzilhada onde, a meu ver, não se tornará mais fácil de escolher o melhor caminho, substituindo o capitalista.

As rendas baixas, em todos os países, são obtidas sempre mediante subsidios pedidos, quer ao capital quer aos alugueis. Entre nós, portanto, a solução terá de ser semelhante se quisermos ampliar a obra, como a Justiça Social exige.

Neste ponto sente o presidente da Federação o defeso da matéria, de muito ultrapassando a sua esfera de acção e de competência.

Permita-se, porém, ao homem algumas palavras traduzindo apenas uma opinião pessoal.

Esclarecidas e convencidas todas as sãs consciências deste Mundo revolto do após guerra, sobre os sinistros intentos das doutrinas do Comunismo e seus disfarçados derivados, fica-nos maior certeza numa evolução segundo os principios da Civilização Ocidental e com respeito da melhor Tradição europeia. Ora, é exactamente nestas circunstâncias que a responsabilidade de encarar as necessidades sociais dos povos mais pesa sobre as «élites», cujo epiteto só será merecido se á altura das suas obrigações se mantiverem.

Aplicada a afirmação ao caso presente, quanto a mim, há que desfazer as barreiras impeditivas de todas as familias possuirem a sua «sede».

Equacione-se o problema desta ou daquela forma, procurem-se ou criem-se outros fundos capazes de financiarem as construções, mas edifique-se e alugue-se barato. A nossa consciência deste século não pode repugnar até, retirar o supérfluo duns tantos para ensaiar de garantir o essencial a muitos mais.

Talvez tenha dito em demasia, mas dois anos de actividade neste sector dão a força da razão ás palavras que ficam.

Senhor presidente da Camara Municipal de Lisboa, hoje é certamente um dia festivo para Vossa Excelência, pois que na vida de um homem, mesmo tratando-se do tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto a quem o Pais deve assinalados serviços em diferentes departamentos da Administração Pública, inaugurar melhoramento como este não será frequente. Com respeito, amizade e reconhecimento daqui me permito abraçá-lo e aos seus prestimosos colaboradores, entre os quais é justo salientar o engenheiro Arantes de Oliveira.

Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, a Vossa Excelência não sei que bem dizer, tanta afectividade quereria traduzir em palavras, tanto a voz pretenderia gritar o que é trabalhar e ser dirigido por tão extraordinário chefe como poucos devem existir, a quem não sei se mais admirar a inteligência, o dinamismo, o saber ou a humanidade — sem Vossa Excelência, por nossa parte, o que aqui está não seria possivel.

Meu Subsecretário, que feliz é Portugal por vos contar entre os seus servidores que o espirito superior de Salazar colocou em merecido lugar de destaque».

O discurso do Subsecretário das Corporações

O sr. dr. Castro Fernandes, subsecretário de Estado das Corporações, usou depois da palavra, proferindo uma notável lição sobre Previdência e Seguros Sociais, começando por dizer:

«Faz hoje quinze anos que foi publicado o Estatuto do Trabalho Nacional.

Evocamos a data, que é tão profundamente significativa, na ambiência mais própria para a recordarmos, na ambiência das realizações que consagram o mérito dos principios e lhes sublinham o valor e o potencial dinâmico.

Provém dos Estatutos a obra de tão largas proporções que nós vemos erguendo e que hoje solenemente se inaugura.

Nele entronca a sua intenção construtiva, a ele se vincula pelo espirito que presidiu e preside a todo o nosso esforço de renovação social.

A quinze anos de distancia o caminho percorrido mede-se pelos marcos miliários dos factos novos que as novas ideias inspiraram, e são eles que representam o melhor comentário e a melhor confirmação da doutrina á sombra da qual nós vamos criando uma vida colectiva em concordancia com a superior inspiração da nossa politica social.

No Estatuto do Trabalho Nacional, em 23 de Setembro de 1933, proclamava-se em termos claros e desassombrados o principio da segurança social dos trabalhadores, aos quais se prometia quanto se tem vindo a cumprir ao longo destes anos de progressiva edificação de uma estrutura de previdência que lhes garante a protecção a que têm direito, protecção na doença, na velhice, na invalidez, protecção contra os riscos perante os quais ainda ontem se sentiam desarmados e impotentes.

Foi o Estatuto que definiu a finalidade e a extensão da previdência, solidarizando-a com a organização corporativa e caracterizando-a como obra de paz e de reconciliação em que, á margem do mito da luta de classes, são chamados a cooperar os trabalhadores e as empresas.

E ainda na sintese económico-social do Estatuto, no seu critério de utilidade da riqueza, que se descobre a fonte do pensamento que conduziu a esta aplicação dos capitais da previdência e que, através dela tornou possivel a realização desta obra.

Já quando foi assinado o contrato entre a Camara e a Federação das «Habitações Económicas» — em 8 de Agosto de 1946 — eu tive ocasião de dizer que «sem a participação efectiva e decisiva das instituições de previdência, estariam destinados a dormir nas gavetas, por largos anos, os estudos técnicos elaborados pela Camara Municipal de Lisboa».

Não teria valido senão como afirmação de principios a lei que fixou as directrizes de solução do problema da habitação no quadro das casas de renda económica, se não fora a contribuição da previdência e se houvesse continuado a aguardar-se que a iniciativa particular se desprendesse da hipnose dos grandes lucros e das edificações de luxo aparatoso.

A noção de utilidade social neste campo viria a pertencer á Previdência afirmá-la, dispondo-se a transformar o plano teórico em realidade concreta e trazendo á resolução do problema o mais valioso contributo.

Em dois anos, os projectos converteram-se nesta magnifica massa de construção que hoje inauguramos. Ela ficará a atestar a excelência da colaboração eminentemente produtiva que se estabeleceu entre a Cidade de Lisboa e a organização da Previdência.

Estão para além de todo o elogio o dinamismo e a vontade realizadora do sr. presidente da Camara Municipal, a energia, a firmeza e a perseverança que soube pôr ao serviço do programa traçado, assim como o esclarecido apoio da vereação e a competência dos serviços técnicos.

Se a Previdência facultou os meios financeiros e com eles a condição «sine qua non» desta obra, á Camara que assumiu o encargo de a erguer se deve a grandeza admirável do seu traçado, a simples beleza das suas linhas, a certeza justa da sua integração no plano e na fisionomia da Cidade, quanto imprime a esta mole de construções uma tão alta, uma tão impressionante dignidade.

A obra social e de Previdência realizada

Dizia-me, há muitos anos, um amigo de espirito mordaz que «trabalhar em Portugal, é subversivo»... Existem com efeito, certos portugueses dados ao desporto de «dolce far niente» que entretém os momentos livres desta fatigante actividade em atirar pedradas a tudo o que se levanta acima da planura do marasmo.

Passaram por estes campos de Alvalade, viram com seus olhos mortiços este bloco de construção já grandiosa, já firme em seus sólidos alicerces e a pedrada, a inevitável pedrada foi atirada molemente. As reservas da Previdência, os capitais da Previdência tinham sido delapidados; a construção de casas de renda económica era um desastre e os capitais investidos — capitais perdidos... Descansem os cansados, os esgotados espíritos críticos; quando eles abriram os olhos sonolentos para a realização, já nós, os que a concebemos, tinhamos meditado e previsto e analisado todos os seus aspectos fundamentais. Disse-o no discurso que há dois anos pronunciei em Lisboa: «tenho para mim que, «acauteladas que sejam as condições de segurança, rendimento e liquidez», a preferência deve caber ás aplicações, como esta, de franca utilidade social...». E tempos depois, na Covilhã, referindo-me ás reservas da Previdência e á sua aplicação em casas de renda económica tive ocasião de observar: «Não esqueçamos, porém, que se trata de reservas do seguro social, isto é, de fundos que cauciona responsabilidades, dos quais se não pode levianamente dispor, em condições que não preencham os requisitos clássicos de segurança, rentabilidade e liquidez. Nisto como em tudo o mais, há-de respeitar-se a hierarquia do principal e do acessório. O que é principal, na Previdência, é o seu objectivo específico de segurança social, exigindo as condições de cobertura dos riscos. A útil aplicação das reservas corresponde a uma finalidade secundária, que há-de ser atingida sem prejuizo para aquela».

E é curioso notar que estas considerações foram feitas para responder ás críticas dos que acusam as instituições de aplicarem os seus dinheiros em prédios para gente rica, em valores sem imediata utilidade social. Hoje responde-se com as mesmas palavras, á crítica de sentido contrário...

Porque de críticas e de críticos se está falando, parece asada a oportunidade para, ainda que muito sumáriamente, se comentar o que se tem dito acerca da estrutura financeira do nosso seguro social.

Por mim, dou o maior valor e preste a maior atenção a todos os estudos, ou críticas, ou sugestões, tendentes a melhorar o existente, a modificar para melhor os métodos ou sistemas que adoptamos. Sei muito bem a distancia que vai da elaboração teórica á realização prática. Apesar disso, acolho com decidido interesse quanto possa contribuir para a formação doutrinária de uma politica social. No domínio da previdência são, infelizmente, poucos (e a dizer quase nenhuns) os estudos publicados. Fala-se, diz-se... Mas mesmo «as vozes», são por vezes úteis. Não desdenho escutá-las. «Diz-se» que os serviços técnicos do I. N. T. P. e o próprio Subsecretário tomaram partido, o partido da capitalização, e teimam nele e embirram e por birra, por pura teimosia, insistem em impor um regime financeiro antiquado, ultrapassado, condenado pela teoria e pela experiência...

Ora, e antes de mais nada, devo declarar que não tenho partido, que me é indiferente o regime, desde que se atinja o objectivo.

Posto o que, vamos á ver se nos entendemos e para tanto é indispensável que todos nós nos resignemos a abordar uma matéria que é árida por sua natureza porque a exposição do assunto não pode dispensar as definições, ainda mesmo quando se corra o risco de assumir o pedagógico ar antipático de quem divulga as verdades primeiras com o tom de revelar um universo novo.

As formas de organização financeira do seguro social

Apontam-se duas formas de organização financeira do seguro social que são a repartição e a capitalização.

Mas estas duas formas são, na prática, bem mais difíceis de distinguir do que á primeira vista se afigura.

Didácticamente entende-se por repartição o sistema em que os encargos do seguro são divididos aritmèticamente por todos os segurados por forma tal que as receitas encaixadas durante um ano sejam as suficientes e necessárias para fazer face ás despesas no mesmo período.

Ora para que os compromissos assumidos possam ser cumpridos, têm, ao avaliar-se a receita necessária e suficiente para certo período, de se prever «todos os casos» que dão origem a despesas. Para tanto, o grupo de segurados deve evolucionar segundo leis de suficiente confiança. Quer isto dizer que só pode aplicar-se o método da repartição (a menos que se cometam erros grossetrissimos) quando os factores individuais não tenham influência, isto é, quando o seguro se generaliza a todos os elementos de um grupo bem identificado que evoluciona segundo leis conhecidas. É o caso da população inteira de um país. Se o seguro for nacional, isto é, extensivo a «todos» os habitantes, pode, com razoável segurança, escolher-se o sistema de repartição, visto existir o conhecimento pleno das leis demográficas e, portanto, a possibilidade de uma previsão suficientemente correcta.

Mas, desde que o seguro se aplica apenas a um ou mais estratos profissionais, a uma ou a diversas actividades, não existem leis que traduzam a evolução desses grupos, mais ou menos extensos mas sempre delimitados. Com efeito, os factores económicos, as descobertas científicas e múltiplas outras causas determinam frequentemente bruscas alterações de composição ou de comportamento desses grupos.

Convém, ainda, ter presente que a repartição só é possivel desde que imediatamente á entrada no seguro se atribuam os benefícios. Quer dizer: o seguro é hoje instituído, abrangendo toda a população de um país (primeira condição para que se possa adoptar a repartição), e aos individuos, a todos os individuos inválidos são nesse mesmo dia, servidas as respectivas pensões de invalidez. Neste caso, a repartição é possivel. Mas se os benefícios forem deferidos, não pode deixar de haver capitalização, pelo menos a capitalização correspondente aos períodos do deferimento. A não ser — hipótese absurda — que se aguarde o período do deferimento para se começar a recolher as receitas.

Se fosse possivel adoptar o método da repartição, não deixaria de subsistir o grave inconveniente da «variação da contribuição» com o tempo. A menos que — e é o que tem acontecido em certos países onde os políticos sacrificam ao demagógico — se invertam as posições mantendo as contribuições e variando, todos os anos, o montante dos subsídios ou das pensões.

Mas nem por isso deixamos de reconhecer que a capitalização tem, por seu turno, um sério inconveniente grave que é o da acumulação de importantes capitais com os inerentes problemas da sua oportuna e sensata aplicação.

Parece poder já concluir-se que se não prefere arbitràriamente, por prazer, por tendência intelectual, por teimosia, ou por incapacidade mental, o método da capitalização ou o da repartição. Isto quando se trabalha com honestidade...

A escolha do regime financeiro, depende essencialmente:

a) do ambito de aplicação do seguro;
b) dos riscos cobertos;
c) do esquema de benefícios;
d) do material estatístico disponivel.

O que significa, em última análise, que o regime financeiro existe em função do sistema de seguro que se institui. A mecânica financeira está ao serviço do seguro e não existe independentemente, abstractamente, no espaço, com um valor absoluto. Está certa, em seu merecimento relativo, aquela que melhor se coordena com a índole do seguro que se organiza.

E esta verdade elementar, de simples bom senso, que se perde de vista quando se disserta de cor acerca da nossa Previdência e das sentimentais predilecções que nos atribuem pelo regime de capitalização.

Partimos do zero neste domínio da previdência social

Tem-se dito e repetido, e nunca é demais acentuá-lo, que partimos do zero, neste domínio da previdência social.

Porque se partiu do zero, tornou-se, antes de mais nada, necessário saber qual era o «efectivo segurável», conhecer a sua distribuição por sexos e idades, analisar as condições de trabalho dos seguradas, averiguar das possibilidades económicas de cada grupo.

O «único» sistema de previdência «possivel» era, assim, o da previdência diferenciada, organizada grupo profissional por grupo profissional, actividade por actividade, na medida e no ritmo em que o consentiam as complexas condições indeclináveis para a integração no seguro.

Sendo assim, «só era possivel», como regime financeiro, a «capitalização».

Estou a ouvir um argumento a contrapor a esta afirmação peremptória: se, antes da integração na Previdência de um conjunto de grupos profissionais ou de actividades económicas, se tivesse estudado a sua composição, seria possivel deduzir as bases técnicas de um seguro social e, então e só então, se determinaria a inclusão desses individuos na Previdência, nada impedindo em tais circunstancias que se adoptasse o método da repartição, embora com margem de erro não muito grosseira. Quando muito — acrescentaria um contraditor mais esclarecido — teriamos um sistema de repartição em que se capitalizaria moderadamente, ou antes, um sistema de capitalização muito mitigada.

Se nos colocamos num plano meramente teórico, é quase assim. Mas só pode argumentar dessa maneira quem desconheça que «todo o trabalho de informação directa necessário á elaboração dos elementos estatísticos só pode ser efectuado com o seguro em funcionamento»; não só para se obter o conhecimento da população segurada, como para se verificar o comportamento das bases técnicas adoptadas.

Não se podendo, em definitivo, fixar o esquema do seguro e para que o sistema tivesse a maleabilidade desejável numa organização que se iniciava (e que queria efectivamente manter-se em bases sérias e sólidas) só o método de capitalização era possivel.

Se as razões técnicas não fossem mais que suficientes para demonstrar que não «podia escolher-se», teriamos de lembrar-nos de que a situação económica do País, em 1936, era de molde a recomendar a maior prudência e a desaconselhar um sistema de seguro generalizado, único que permite, como já vimos, a adopção do regime da repartição.

Aguardar uma conjuntura económica mais favorável, e, até lá, cruzar os braços? César ou João Fernandes... Seria criminoso não organizar os casos possiveis, criando uma experiência e formando, pouco a pouco, os técnicos indispensáveis, que também não existiam.

O que já se fez — e está á vista, á clara luz do Sol — prova e demonstra não haver lugar para arrependimentos por se ter designado um objectivo e, teimosamente, se ter construido pelo «único método possivel». É como se um sujeito se plantasse no Terreiro do Paço a namorar a outra Banda com um desejo louco de atravessar o rio, mas se detivesse a considerar que o processo ideal de fazer a viagem seria percorrer uma ponte — lisa, fácil e rectilínea. Mas porque a ponte não existe, é possivel que alguém, compadecido e lúcido, lhe segredasse: «Ó homem, tome o barco para Cacilhas». E ele retorquiria justamente indignado: «Qual barco! O que eu quero é a ponte». «Mas se não há ponte...». «Se não há ponte, não vou...».

Nós decidimos fretar um barco e lá temos ido, vencendo as correntes e os ventos. Vencendo as correntes da incompreensão e os ventos da insania. Começámos remando, com esforço, com teimosa tenacidade, mas com calma. Hoje já navegamos a vapor e chegaremos, querendo Deus. E, até, devemos admitir que, mais tarde ou mais cedo, se possa construir a ponte...

Convém, no entanto, fazer a prevenção desagradável de que, seja qual for o sistema adoptado, o seguro social custa dinheiro. Lembra-me aquele passo dos «Maias» quando o marquês de Souselas entabulava com o Eusébiozinho uma complicadissima negociação a respeito de uma parelha de éguas. O Eusébiozinho dava a ponderada e sábia resposta usual: «Eu verei, marquês... Um conto e quinhentos é dinheiro». «Queria você, talvez, pagá-las com feijões?» replicou o outro, erguendo dois braços ameaçadores como duas trancas e acrescentando: «Você leva-me a cometer um excesso!»

Pois bem, a Previdência também não se paga com feijões. Custa dinheiro.

E o que representaria o passivo social de indigentes, vivendo da assistência, se não se organizasse e não actuasse uma estrutura de seguro social? E moralmente em que diminuição se não traduziria essa desprotecção dos que trabalham, recebendo como esmola aquilo a que têm direito indiscutivel?

A que se destinam as quotizações

Todo o problema da capitalização se centra, afinal, na acumulação de capitais e no seu investimento.

Também, em volta desta questão, surgiram e se enraizaram muitas ideias falsas que é preciso rectificar.

Em primeiro lugar: ao contrário do que muita gente supõe, só uma parte — e uma parte minima — do que se recebe das quotizações se capitaliza. As quotizações destinam-se a fazer face aos subsidios na doença, á assistência médica, ao abono de familia, á administração, ás pensões de reforma ou de invalidez e ao subsidio por morte. Como o período de garantia na doença é, apenas, de um ano pode dizer-se que não se capitaliza a parte das contribuições que lhe são destinadas, ou que se capitaliza uma pequenissima parte (repartição moderada). O abono de familia é imediatamente servido (repartição pura), o mesmo sucedendo com a aplicação da parte destinada á administração. Resta a reforma — invalidez e resta a morte, isto é, capitaliza-se, apenas, 35 por cento da receita.

Em segundo lugar: se é certo que a acumulação de capitais dá lugar a graves preocupações (necessidade de obtenção de uma taxa pre-determinada e garantia contra as flutuações do valor da moeda), não é menos certo que uma boa e criteriosa aplicação dos capitais pode atingir um duplo resultado: cobertura dos riscos dentro da desejável estabilidade de quotização, melhoria das condições de vida dos segurados pela aplicação em obras sociais como a que hoje inauguramos ou pelo fomento de actividades económicas...

A acumulação dos capitais por intermédio da Previdência põe á disposição da economia nacional importancias formadas por pequenas economias, directa ou indirectamente realizadas á custa dos ordenados e salários que seriam, sem o seguro, quase fatalmente consumidos.

Todas as vantagens reconhecidas pelos economistas á poupança individual existem no seguro social e ainda a vantagem adicional de muito maior estabilidade dos recursos invertidos.

A utilidade das colocações proporciona, «a priori» e sob reserva de existirem as condições de segurança, rendimento e liquidez, um critério essencial para a escolha dos investimentos.

Esta «utilidade» pode ser apreciada por forma diferente, conforme se encara o «valor económico» ou o «valor social» dos investimentos.

É evidente o interesse que existe em empregar os fundos acumulados em condições tais que a situação sanitária e o nivel de vida dos segurados melhorem.

Por outro lado, os investimentos podem ser efectuados por forma a favorecer a valorização económica do País, criando novos meios de produção, provocando o acréscimo do rendimento nacional e determinando, consequentemente, a elevação geral do nivel de vida.

Trata-se de matéria extremamente delicada, em que não pode adoptar-se posição rigida e unitária, havendo sempre que considerar os casos de espécie e que manter um prudente equilibrio.

Há, tem de haver uma politica dos investimentos da Previdência.

Por isso mesmo é evidente que seria correr grave risco deixar ás instituições inteira liberdade para colocarem directamente os seus capitais no ramo de produção que lhes parecesse útil desenvolver, consentir-lhes que livre e directamente explorassem os meios de prevenção sanitária ou de cura, ou, ainda, permitir-lhes que construissem, onde e quando o entendessem, bairros de habitações económicas.

A questão é essencialmente uma questão de bom senso. E este só pode exercer-se com a visão de conjunto e com a garantia da coordenação dos esforços.

Em primeiro lugar (e foi o que se fez entre nós) deve determinar-se a parte dos fundos que a Previdência pode colocar «directamente», em realizações de carácter económico e social.

Depois, há que ter em consideração a regra de que o seguro social deve, pelo menos moralmente, associar-se no seu próprio interesse á politica económica, social e monetária do Estado que se define em função do interesse geral.

Por último, na intervenção imediata dos investimentos do seguro na economia deve ter-se em vista constantemente a necessidade de excluir a aceitação de riscos excessivos.

As aplicações de capitais da Previdência na construção de bairros de casas de renda económica não se desviam, antes obedecem estritamente ás condições clássicas.

Por sua natureza, os investimentos em propriedade urbana deste tipo oferecem uma segurança, quanto ao capital e ao juro que se pode considerar perfeitamente tranquilizadora.

Quanto ao rendimento, é óbvio que assegura a taxa técnica.

Pelo que se refere á liquidez, as condições anteriores pressupõem-se.

E não parece discutivel a utilidade social de uma obra como esta de Alvalade que vem concorrer em grau não notável para a resolução do problema da habitação dos que trabalham.

Ela só foi possivel graças á coordenação dos meios disponiveis da Previdência, á unificação dos esforços realizados através de uma organização especializada, á direcção unitária da politica dos investimentos.

Edificando este bairro, construindo estas duas mil habitações, a Previdência proporciona aos trabalhadores nela inscritos benefícios que ultrapassam o seu esquema, benefícios traduzidos na facilidade de fixarem o seu lar em condições de conforto e de economia.

Não estamos, desta vez, em presença de benefícios deferidos, de acordo com as exigências impreteriveis do sistema adoptado. Estes benefícios, que estão á margem dos compromissos assumidos e que resultam da orientação dos investimentos, são de carácter imediato, efectivam-se á conclusão das habitações, efectivam-se neste momento em que inauguramos o Bairro de Alvalade.

Cumpriram-se as promessas. Os princípios proclamados há quinze anos são as realidades de hoje em que palpita o mesmo espírito, em que se afirma a mesma ansia de criar uma existência melhor, mais alta e mais digna, em que a segurança dos trabalhadores seja o corolário natural do seu esforço, do seu destino e da sua missão.

Não foram letra morta as grandes declarações do Estatuto do Trabalho Nacional, á sombra das quais se gizou a nossa politica social. São elas que nos traçam o caminho e que nos iluminam o futuro».

A assistência aplaudiu os oradores, que no largo fronteiriço ao alpendre, eram escutados por uma grande massa de povo, onde se viam já os primeiros moradores do bairro, que seguiram os discursos atentamente transmitidos por potentes alto-falantes.

Depois, as entidades oficiais visitaram uma casa de cada tipo das que compõem a nova «Cidade de Alvalade», ficando verdadeiramente encantados com o que viram.

Matrículas liceais

Inspecções médicas no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho

Começam no dia 28 do corrente, no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, as inspecções médicas, que obedecerão á seguinte ordem:

1.º ano — Dia 28, das 9,30 ás 13 horas, de Acidália Guerreiro dos Santos Cruz a Margarida Maria Pereira Alves; das 15 horas em diante, de Margarida Pinto Pereira a Maria Helena Barbosa de Gamboa.

Dia 29, das 9,30 ás 13 horas, de Maria Helena Caxaria Costa a Maria Manuela Carvalhal Serradas; das 15 horas em diante, de Maria Manuela Fernandes Clemente a Virginia Martins de Oliveira.

Dia 30, das 9,30 ás 15 horas — 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos — Das 15 horas em diante, 6.º e 7.º anos.

Estas inspecções são obrigatórias para as alunas que frequentam pela primeira vez o referido liceu.

---

do seguia de bicicleta, na Avenida Almirante Reis.

Vitimas de desastres

Recolheram ao Hospital de S. José: Rodrigo Leite Pinto, de 63 anos, técnico da Marconi, residente na Travessa dos Prazeres, 14, 1.º, que foi atingido por um choque eléctrico na estação de rádio de Alferraglde, tendo caído em consequência, ferindo-se na cabeça.

— António Martins Amado, de 25 anos, empregado de escritório, residente em Caparica, queimado na cara e nas mãos, por explosão de fogareiro de petróleo.

— Francisco Barroso, de 46 anos, caldeireiro, residente no Pátio do Colégio a Marvila, 39, A., com fractura duma perna por ter caído a bordo do vapor «Madeirense», no qual trabalhava, em Cacilhas.

— Maria Júlia de Carvalho Pereira, de 16 anos, que ingeriu, por engano, uma poção venenosa.

— Manuel Gomes Carqueja, de 66 anos, marítimo, morador em Rio de Moinhos, contuso devido a queda.

O CHAMPAGNAT
Dirigido pelos IRMÃOS MARISTAS
cal (1.º e 2.º ciclos). Aceita alunos para o curso Primário, 1.º ciclo e 3.º Ano dos liceus
Estrela, 65, 1.º — Telefone 6 5609 — LISBOA
MATRÍCULAS DESDE JÁ ABERTAS

...rabalho enquanto Clo-
...a ler, mas só lhe per-
...orfonas, sem interesse.
...só respirava quando
...ras em ponto, e então
...ça da Europa e de ali
... branco vulto do Pa-
...m plena calma, inva-
... e a sua imaginação
...de fantasias. Pensava,
...n irmão, uma irmãzi-
... trocar ideias, pensa-
...se coisas extraordiná-
...a alma a outra alma,
...o convento, das boas
...anhã, se ouviam pes-
...ntinos das educandas
...a, a sua voz e as das
...na oração, como pas-

...AQUELA CASA

...a senhora de Gozan,
...se habituar aos usos
... intimas. Deste mo-
... natural e agradável-
...n recebiam amigos e
...ton, contavam-se no-
...dez e meia despe-
...ições familiares eram
...ez anos; primeiro s
...na Mastinot, que re-
... de Ceriset, fidalgo
...o acre e má lingua e

parecia, como a prima, muito inchada de pretensões á nobreza.

As pequenas novidades, os pequenos escandalos do bairro, tinham para Clotilde um sabor delicioso e contava-os em linguagem pretensiosa, com certo arzinho impertinente e antipático.

O marido, porém, era, apesar da sua idade, extremamente timido. Nunca ousava falar alto, e como a sua voz era fraca, acontecia ás vezes que ninguém lhe dava atenção.

Ele, tendo a consciência de ter falado e sabendo que se ouvira a si mesmo compreendia que não era fácil para os outros, conversar com ele.

Os condes de Ceriset também não tinham tido filhos, e o desgosto que por isso sentiam tinha-se convertido em génio bilioso, que se manifestava na sociedade em amargas censuras e criticas acerbas.

A irmã mais nova de Feliciano de Gozan era conviva obrigatório nessas reuniões de familia. Eulália de Gozan nunca quisera casar, mas a caridosa Alexandrina, condessa de Ceriset, que não gostava dela, insinuava que ela nunca encontrara *partido de jeito*.

Era Eulália de Gozan dotada de suave carácter e representava naquela pequena sociedade o papel de... surda-muda, contentando-se em sorrir disfarçadamente, de vez em quando, ouvindo a conversa azeda das outras, sem mesmo deixar adivinhar a indulgência da sua bela alma.

Quando se lhe pedia, sentava-se ao piano e tocava invariavelmente a *Batalha de Praga* ou a *Oração de Virgem*. Depois, sentava-se numa cadeirinha baixa, a gatinha amiga saltava-lhe para o colo e ela divertia-se a acariciá-la docemente.

Neste meio um tanto austero, pairava o espirito cáustico, amável e artistico, do velho barão Marcial de Villeneuve, irmão da mãe de Feliciano e Eulália de Gozan. Viuvo após um ano de casado, sem nunca ter pensado em tornar a casar, o tio Marcial, cuja fortuna crescera com várias heranças, soubera criar para si uma linda existência de filósofo e de artista. Grande senhor, de resto, soubera conservar as velhas tradições aristocráticas e essa elegancia de maneiras, esse saber viver como fidalgo que é a nobreza possui. O modo habitual dos seus cumprimentos, era: